



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012278-45.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Anulação de Débito Fiscal**
 Requerente: **Carlos Alberto Grosso**
 Requerido: **"Fazenda do Estado de São Paulo"**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Anulatória de Lançamento de Débito Fiscal, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, proposta por Carlos Alberto Grosso, contra a Fazenda Pública do Estado de São Paulo, visando à anulação do lançamento do IPVA do exercício de 2013, incidente sobre o veículo I/HYUNDAI VELOSTER, Placa MKM 4367, de sua propriedade, que está registrado no Estado de Santa Catarina, onde o tributo foi recolhido, sob o fundamento de que tem domicílio nos dois Estados: São Paulo e Santa Catarina, lhe facultando a lei escolher qualquer deles, para fins de recolhimento do Tributo, sendo indevida a cobrança pelo Estado de São Paulo. Requer a antecipação dos efeitos da tutela para a suspensão dos efeitos do protesto lançado junto ao 2º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de São Carlos, bem como seja determinada a exclusão de seus dados do Cadin Estadual e do SERASA.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 23/61.

Houve a antecipação dos efeitos da tutela (fls. 63/63).

A requerida apresentou contestação (fls. 72), alegando que o autor, em sua declaração de imposto de renda, declarou domicílio no Estado de São Paulo, devendo este prevalecer para fins de recolhimento do IPVA, nos termos do que estabelece a Lei 13.296/2008.

É o relatório.

1012278-45.2015.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Passo a fundamentar e decidir.

O pedido merece acolhimento.

A questão dos autos restringe-se à possibilidade de opção de registro de veículo automotor, com o consequente pagamento do IPVA, em quaisquer dos domicílios, quando há multiplicidade deles.

No caso em análise, o autor possui domicílio em dois Estados (Santa Catarina e São Paulo), optando em registrar seu veículo no Município de Florianópolis/SC e lá recolher o IPVA correspondente.

Nesse aspecto, a própria legislação prevê a faculdade do proprietário do veículo de fazer o registro no município do domicílio ou residência, conforme art. 120 do Código de Trânsito Brasileiro:

“Art. 120. Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque, deve ser registrado perante o órgão executivo de trânsito do Estado ou Distrito Federal, no Município de **domicílio ou residência** de seu proprietário, na forma da lei”.

Abstrai-se, ainda, o conceito de domicílio e residência (pessoa natural) na leitura do art. 70 do Código Civil:

“Art. 70. O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela **estabelece a sua residência com ânimo definitivo**”.

Nesse passo e, em razão da ocorrência de pluralidade de domicílios, sacramentou o Código Civil, no art. 71, tal situação:

“Art. 71. Se, porém, **a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternativamente viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas**”.

Assim, tem-se pela possibilidade legal da faculdade do proprietário do veículo automotor realizar o correspondente registro em quaisquer dos seus domicílios, como ocorre na espécie.

Na situação dos autos, constata-se pela prova documental encartada, que o autor tem um imóvel em seu nome no Município de Florianópolis e paga o condomínio referente ao bem, IPTU e também as contas de energia elétrica. Alega que é advogado e exerce as suas atividades nos dois estados, o que é plausível.

Diante deste quadro, não é suficiente para ilidir a existência de duplo domicílio o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

fato de ter eventualmente constado na declaração de imposto de renda o autor que possui residência no Estado de São Paulo.

Ainda que ele trabalhe em São Paulo e tenha declarado no imposto de renda aqui residir, não há dúvidas de que mantém seu domicílio também em Florianópolis/SC, local onde se deu o registro do veículo, o que afasta a alegada “evasão fiscal”, nos termos do mencionado art. 120 do CTB, que lhe confere tal subjetividade.

Nesse sentido, é o posicionamento majoritário da jurisprudência:

"Apelação. Anulatória de débito fiscal IPVA relativo ao exercício de 2012. Cobrança pela Fazenda Estadual Paulista. Autuação com base na "Operação de olho na placa" - Automóvel registrado e licenciado em outro Estado da Federação - Tributo recolhido ao Estado do Paraná. Licenciamento e registro devem ser feitos no Município de domicílio ou residência do proprietário (art. 120 do CTB) Havendo pluralidade de domicílios, possível a eleição pelo contribuinte (art. 71 do Código Civil). Pluralidade de domicílio demonstrada. Recolhimento regular do tributo perante outro Estado - Precedentes Sentença mantida Recurso desprovido" (TJSP Apelação 30208-46.2013.8.26.032 Araçatuba 2ª Câmara de Direito Público rel. Renato Delbianco j. 30.06.2015).

"IPVA. VEÍCULO REGISTRADO EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO. PRETENSÃO A QUE A FAZENDA ESTADUAL DE SÃO PAULO SE ABSTENHA DE COBRAR O IPVA DO ANO DE 2012 E EXCLUA O NOME DO AUTOR DO CADIN. Veículo automotor registrado perante o órgão executivo de trânsito do Estado correspondente ao domicílio ou residência do proprietário, nos termos do art. 120 do Código de Trânsito Brasileiro Proprietário que comprovou possuir domicílio no Paraná, de modo a incidir o disposto no art. 71 do Código Civil. Impossibilidade de exigência de recolhimento do IPVA em outra Unidade da Federação, porquanto ausentes, sequer, indícios de sonegação. Precedente desta C. Câmara Apelo não provido" (TJSP - Apelação 002839-61.2014.8.26.081 - Adamantina 13ª Câmara de Direito Público – rel. Spoladore Dominguez – j. 08.07.2015)

Há, também, precedente do STJ, conforme colacionado pelo autor (fls. 14).

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

PROCEDENTE o pedido, confirmando-se a tutela antecipada, para fins de declarar a nulidade do lançamento do IPVA do exercício de 2013, relativo ao veículo descrito na inicial, efetuado pelo Fisco Paulista, tornando definitivo o cancelamento do protesto do título a ele relacionado.

Condeno a requerida a arcar com os honorários advocatícios, que fixo, por equidade em R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo isenta de custas, na forma da lei.

São Carlos, 10 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**